

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16340 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

**PERFIL DE ESTUDANTES DE CURSOS PRESENCIAIS DE PEDAGOGIA EM
DISTINTOS TIPOS INSTITUCIONAIS: DESAFIOS À AFILIAÇÃO ESTUDANTIL**
Rosângela de Amorim Teixeira de Oliveira - FURB - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
REGIONAL DE BLUMENAU

Stela Maria Meneghel - FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau

Agência e/ou Instituição Financiadora: Bolsa gratuidade em Programas de Pós-Graduação -
FURB

PERFIL DE ESTUDANTES DE CURSOS PRESENCIAIS DE PEDAGOGIA EM DISTINTOS TIPOS INSTITUCIONAIS: DESAFIOS À AFILIAÇÃO ESTUDANTIL

RESUMO: As políticas de ação afirmativa (PAA) alteraram o perfil dos ingressantes na ES brasileira, aproximando-os das camadas populares. Na licenciatura em Pedagogia, especificamente, eles passaram a ser de famílias com menor renda e tiveram ampliada a população negra/parda. Mas apenas 20,9% dos matriculados estão em cursos presenciais, concentrados no período noturno (INEP, 2024) e os incluídos têm dificuldades para um bom desempenho no Enade (Meneghel, Souza Filho, Ferraz, 2024), sugerindo dificuldades de adaptação às exigências acadêmicas (Coulon, 2008). Diante do exposto, perguntamos: como o perfil socioeconômico de estudantes de Pedagogia influencia sua afiliação? De abordagem mista e caráter descritivo-analítico, esta pesquisa objetivou caracterizar o perfil socioeconômico de ingressantes de duas turmas presenciais de Pedagogia (noturno) e identificar seus desafios à afiliação estudantil. Os dados, gerados por meio de questionários aplicados em duas instituições distintas (gratuita e não gratuita) de Santa Catarina, revelaram que, a despeito das diferenças institucionais, o perfil dos ingressantes de ambas as turmas é oriundo de escola pública, famílias baixa renda e trabalhadores-estudantes, semelhante ao nacional. E denotam dificuldades de permanência e adaptação às exigências acadêmicas similares, relacionadas a questões socioeconômicas, que demandam atenção institucional para sua continuidade e sucesso no curso.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. Licenciatura em Pedagogia. Políticas de Ação Afirmativa. Perfil de Estudantes. Afiliação Estudantil.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a inclusão de estudantes de camadas populares tem grande importância para a democratização na Educação Superior (ES), historicamente restrita à elite. Neste sentido,

Políticas de Ação Afirmativa (PAA), definidas por Feres Junior *et al* (2018, p. 13) como “todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo”, são fundamentais para que grupos emergentes possam acessar, permanecer e concluir os estudos nesta etapa de formação.

No que refere aos cursos de licenciatura, em específico, embora pesquisas anteriores como a de Gatti (2010) tenham apontado que a maioria dos matriculados tem origem em famílias baixa renda, estudo de Meneghel, Souza Filho e Ferraz (2024) revela que as PAA contribuíram para aproximar ainda mais seu perfil socioeconômico de camadas populares. No entanto, os autores também mostraram que este grupo, em cursos presenciais, mantém dificuldade em obter bom desempenho em avaliações como a do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Isto aponta a necessidade de maior atenção quanto às demandas de afiliação acadêmica dos estudantes, com vistas ao seu aproveitamento na ES, despertando o interesse de gestores e pesquisadores (Piotto, 2021).

Para Alain Coulon (2008), o processo de afiliação estudantil depende de duas aquisições. Inicialmente, a afiliação institucional, que implica na capacidade do estudante identificar, interpretar, compreender e assimilar regras e diversos dispositivos institucionais, permitindo se localizar, transitar e se relacionar com desenvoltura com os atores dos espaços acadêmicos. E a afiliação intelectual, que consiste na capacidade de “redação, de expressão oral, de usar a palavra, de ler de forma eficiente, de concentração, de manejar a biblioteca, etc.” (Coulon, 2008, p. 236). A afiliação na ES, portanto, vai além da compreensão de componentes curriculares, perpassando a apropriação de códigos, valores e linguagens próprios da vida acadêmica, e expressando-se de forma condizente com eles.

O Brasil tem diversas PAA instaladas desde o início dos anos 2000, que diferem segundo o tipo de categoria administrativa da Instituição de Educação Superior (IES). As públicas da rede federal contam, para o acesso, com a Lei nº 12.711/2012 (reformulada em 2023), chamada “Lei de Cotas”, e com a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2024) para concessão de benefícios que apoiam a permanência (restaurante, auxílio moradia, creche, dentre outros). As privadas contam com apoios pecuniários para permanência, na forma do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); o primeiro é um programa de bolsas não-reembolsáveis e, o segundo, de financiamento, para pagamento após a formatura (Wittkowski e Meneghel, 2019).

O curso de Pedagogia conta, anualmente, com um dos maiores índices de novos matriculados do país, em contraponto a outras licenciaturas, de baixa procura (INEP, 2024). Importa observar, porém, que apenas 20,9% do total está matriculado em cursos presenciais, concentrados no período noturno (INEP, 2024). Os cursos à distância tendem a concentrar a procura por diversas razões, dentre as quais mensalidades com menor custo e possibilidades maiores de incluir trabalhadores-estudantes, definidos como alunos de ES que não têm o estudo como atividade principal, mas sim o trabalho, ao qual dedicam no mínimo 20 horas

semanais, podendo alcançar e até ultrapassar 40 horas (Galleão, 2020).

Para estes, o processo de afiliação institucional em cursos presenciais fica prejudicado, pois seu tempo de dedicação ao curso é reduzido. Para Coulon (2008), o estudante que abandona a ES não está afiliado; sua evasão decorre de dificuldades para compreender as normas institucionais e para demonstrar competência no trabalho intelectual. Diante do exposto, perguntamos: como o perfil socioeconômico de estudantes de camadas populares de cursos presenciais de Pedagogia (noturno) de distintas categorias administrativas influencia sua afiliação estudantil?

METODOLOGIA

Este estudo usa abordagem mista, que associa distintas metodologias, como uma estratégia que objetiva “usar dados e resultados quantitativos para auxiliar na interpretação de resultados qualitativos” (Creswell, 2007, p. 2018). Buscamos turmas presenciais de licenciatura em Pedagogia, período noturno, com categoria administrativa distinta (pública municipal e federal), localizadas no Médio Vale do Itajaí - Santa Catarina. A da esfera municipal é não-gratuita (IES A); a da rede federal (IES B) é totalmente gratuita. Vale destacar que, no referido estado, há 70 cursos presenciais de Pedagogia, sendo apenas 12 da rede pública (Brasil, 2024).

Para caracterizar o perfil socioeconômico dos ingressantes aplicamos um questionário *online* entre março (IES A) e abril (IES B) do ano letivo de 2024. As variáveis deste instrumento, dentre outros dados, contemplaram: 1) renda familiar; 2) estado civil; 3) o sexo; 4) tipo de escola no Ensino Médio; e, 5) situação de trabalho. Preencheram ao questionário 19 calouros da IES A, representando 86,4% dos matriculados no curso (22 estudantes); da IES B, responderam 61% dos ingressantes (22 de um total de 36). A análise dos dados utilizou a perspectiva descritiva-analítica, em que Santos (2007) considera que estes tipos de pesquisa aprofunda o conhecimento da realidade, envolvendo o investigador em um nível mais elevado de responsabilidade com os resultados obtidos.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Na IES A, 47,4% dos estudantes têm renda familiar na faixa até 2 salários-mínimos (SM); 5,25% entre 2 e 4 SM; 5,25% entre 4 a 6 SM; 15,8% com renda acima de 6 SM; e 26,3% não responderam à questão. Na IES B, 59,15% dos estudantes têm renda familiar na faixa até 2 SM; 27,3% entre 2 a 4 SM e 13,65% não responderam. No geral, os dados são próximos da realidade nacional, em que 64,5% dos concluintes de Pedagogia de 2021 tinham

renda familiar até 3 SM (Meneghel, Souza Filho; Ferraz, 2024). Assim, embora a faixa de renda familiar da IES B seja menor, em ambas fica explícito o baixo poder aquisitivo e, por extensão, menores possibilidades de adquirir os bens culturais socialmente legitimados pela cultura dominante.

No que refere ao estado civil identificamos que, na IES A, 10,5% são casados ou têm união estável; na IES B este índice atinge 40,9%, indicando estudantes que detêm maiores responsabilidades junto ao grupo familiar. Quanto ao sexo, a IES A tem 89,5% de mulheres, seguindo a tendência nacional, com média de 91,9% do sexo feminino no curso de Pedagogia (INEP, 2024). A IES B, no entanto, detém significativo percentual de homens – 31,8%. Mas ambas as turmas contam com um alto percentual de trabalhadores-estudantes, com mais de 20 horas semanais dedicadas ao trabalho: na IES A eles são 68,45%; na IES B, 72,7%.

O fato de haver maior índice do sexo masculino e de ingressantes casados na IES B indica que a gratuidade é condição fundamental para o acesso de trabalhadores-estudantes à ES; pois, de outra forma, dificilmente estudantes de camadas populares frequentariam um curso superior. Por sua vez, na IES A, há predomínio de mulheres solteiras e que tendem a morar com a família. Neste contexto, a relação com o trabalho fica vinculada à necessidade de pagar mensalidades. Como apontado por Vargas e Paula (2013), não pagar mensalidades torna possível a pessoas casadas, de baixa renda, estudar; e morar com a família permite a solteiros comprometer a renda em qualificação profissional.

Os resultados apontaram ainda que a maioria dos ingressantes é oriunda de ensino médio de escola pública: 94,75% na IES A e 86,5% na IES B. Ambas IES estão acima da média nacional, em que 75,5% dos matriculados na ES provêm de ensino médio público (INEP, 2024). Considerando que a educação básica pública tende a propiciar formação de ensino médio de menor qualidade e que prepondera estudantes de famílias baixa renda, é possível que eles se encontram em desvantagem em relação a outros jovens de classes mais ricas da sociedade (Dias Sobrinho, 2013).

As características das turmas mostram muito desafios à afiliação estudantil, à medida que as condições de frequência ao curso superior não propiciam que os estudantes vivenciem plenamente o cotidiano acadêmico, limitando a aquisição do sentimento de pertencimento institucional e de capital cultural já restrito pela formação anterior. E, neste contexto, tendem a refletir e perpetuar as desigualdades sociais na desigualdade escolar (Bourdieu; Passeron, 2018). Também Coulon (2008) destaca que, embora muitas IES ofereçam programas de pesquisa, projetos e estágios visando promover aprendizagem, estes são inacessíveis aos trabalhadores-estudantes e se constituem barreiras à afiliação.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa objetivou identificar como o perfil socioeconômico de estudantes de camadas populares de cursos presenciais de Pedagogia (noturno) em distintas categorias administrativas (gratuita e não gratuita) influencia sua afiliação. A caracterização das variáveis deste perfil das turmas analisadas em Santa Catarina revelou, inicialmente, que eles se aproximam bastante do perfil médio do estudante de Pedagogia nacional, fortemente influenciado pelo contingente de cursos EaD. Além disso, mostrou que o diferencial da gratuidade não necessariamente facilita o processo de afiliação, embora seja condição para o acesso à vida acadêmica.

No que respeita à afiliação, a predominância de ingressantes caracterizados como de baixa renda e trabalhadores-estudantes é apenas um dos fatores a ser observado pelas políticas macro (nacionais) e micro (institucionais) de apoio e estímulo à permanência. E aponta ser imprescindível, para além do acesso à ES, que haja políticas que acompanhem seu aproveitamento e demandas até a conclusão de curso, evitando que recorram à modalidade à distância como única alternativa de inclusão e formação.

O conhecimento e atenção ao perfil socioeconômico dos estudantes mostra-se fundamental para a afiliação de camadas populares à vida acadêmica e para a produção de mecanismos de reversão das condições desfavoráveis para vivenciá-la, permitindo seu engajamento em pesquisa, extensão, cultura, esportes etc.; ou seja, a participação na formação universitária, para além da profissional. Também aponta, ao final, para os desafios e a responsabilidade social das IES, conforme indica Dias Sobrinho (2013, p. 118) é “necessário que as instituições repensem seus novos papéis frente ao conjunto de demandas que a sociedade lhes determina cumprir”.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012.

BRASIL. **Lei n. 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior**. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/emec/nova>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Tradução: Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. 2ª ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2018.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: Edufba, 2008.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**.

Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS SOBRINHO, José. ES: bem público, equidade e democratização. **Avaliação** (Campinas) [online]. vol.18, n.01, pp.107-126, 2013. ISSN 1414-4077.

FERES JUNIOR, João.; CAMPOS, Luiz A.; DAFLON, Verônica T.; VENTURINI, Anna C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

GALLEÃO, A. M. **Trabalhador-estudante de graduação: Utopias e Contradições**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos, 2020.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1355–1379, dez. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]. **Resumo técnico do Censo da ES 2022** [recurso eletrônico]. Brasília, DF: INEP, 2024.

MENEGHEL, Stela M.; SOUZA FILHO, Edson M. de; FERRAZ, Fabiano de S. Perfil e desempenho de cursos de Licenciatura no Brasil em uma década de Enade (2011-2021). **Pesquisa em foco**, vol. 29, n. 1, p. 41-68, 2024. ISSN (2176-0136).

PIOTTO, Débora C. [Orgs.] **Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

SANTOS, Antonio R. dos S. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

VARGAS, Hustana M.; PAULA, Maria de F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na ES: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 2, p. 459-485, 2013.

WITTKOWSKI, J. R. T.; MENEGHEL, S. M. Políticas de Ação Afirmativa na ES brasileira: entre conquistas e negações. Polyphônia. **Revista de Educación Inclusiva / Polyphônia**. Journal of Inclusive Education, v. 3, n. 3, p. 130-152, 29 dic. 2019.